V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LITON LANES PILAU SOBRINHO

HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO

FRANCISCO DE LEÓN LUZARDO

Copyright © 2016 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP
Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:
Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches – UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)
Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:
Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP
Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF
Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi
Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC
Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG
Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP
Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR
Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA
Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

D598
Direito, economia e desenvolvimento sustentável [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/ Unisinos/URI/UFSM /Univali/UPF/FURG;

Coordenadores: Francisco de León Luzardo, Heron José de Santana Gordilho, Liton Lanes Pilau Sobrinho – Florianópolis: CONPEDI, 2016

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-247-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: Instituciones y desarrollo en la hora actual de América Latina

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Interncionais. 2. Direito. 3. Economia. 4. Desenvolvimento sustentável. I. Encontro Internacional do CONPEDI (5. : 2016 : Montevidéu, URU).

CDU: 34



Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
www.conpedi.org.br



Universidad de la República
Montevideo – Uruguay
www.fder.edu.uy

V ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI MONTEVIDÉU – URUGUAI

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Apresentação

As transformações ocorridas na economia mundial têm forte impacto na sociedade, onde o foco para o desenvolvimento sustentável passa a ser o homem e não a natureza. Nesse sentido, as dimensões do desenvolvimento sustentável são a econômica, a social e a ambiental. Na atualidade, o mercado está organizado transnacionalmente, porém o sistema jurídico não alcança este status, ficando sob grande influência do mercado, principalmente mercados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Deve modo, demostrasse a vulnerabilidade dessas economias e as consequências nefastas sobre estes paises. Assim, a tecnologia entra como um elemento revolucionário, que pode trazer um equilibrio para o desenvolvimento e para a proteção ambiental, desde que cuidadosamente utilizada. Os textos elencados trazem uma discussão acerca dos dilemas que vivenciamos na atualidade, alertando sobre as consequências que teremos em uma sociedade de risco.

Este volume se inicia com o artigo denominado:

POSIBLES VINCULACIONES ENTRE DERECHO Y ECONOM.A EN EL SECTOR LÁCTEO URUGUAYO

Do Professor, Francisco de Le.n Luzardo, da Faculdade de Direito da Universidad de la Republica de Uruguay, que analisa as normas jurídicas , a estrutura da propriedade, o monopólio e a eficiência no setor lácteo uruguaio.

A REPRESS.O CONTRA O ABUSO DO PODER ECON.MICO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA COM O ENFOQUE NO COMBATE AOS CARTEIS

Dos professores,Paulo Marcio Reis Santos, Antonio Marcos Nohmi, professores da FUMEC, que, analisam a importância do Tribunal de Justiça da União Europeia no combate aos carteis.

A TEORIA DO PATRIM.NIO M.NIMO VERSUS O SUPERENDIVIDAMENTO: ANÁLISE JURÍDICO ECONÔMICA SOBRE O ACESSO A BENS E A SERVIÇOS NO MERCADO

É uma coautoria de Ivan Guimarães Pompeu, doutorando da UFMG e Renata Guimarães Pompeu, professora Doutora da UFMG e analisa o consumo de bens e a tensão entre a teoria do Patrimônio Mínimo e o realidade do superendividamento.

A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO PARA A ECONOMIA VERDE.

É uma coautoria de Maria Virgínia Faro Eloy Dund, doutoranda em direito pela UNICAP e Arthur Felipe Costa Ferreira Neri, professor da DEVRY e do IESP, analisam, no artigo, a a utilização da tributação ambiental e contribuição desse instrumento para a proteção do meio ambietne no Brasil.

AS AGÊNCIAS REGULADORAS COMO TIPO IDEAL WEBERIANO

O Professor Doutor Oksandro Osdival Gonçalves, Coordenador do Programa de Pós-graduação da PUC/PR, juntamente com José Maria Ramos, doutorando na PUC/PR, apresentam o artigo, que, sob a ótica do tipo ideal weberiano, analisa as alterações no papel do Estado no processo de intervenção no domínio econômico, a partir da institucionalização das agencias reguladoras.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA: A PERCEPÇÃO POPULAR DE SUAS NUANCES JUS ECONOMICAS

Os professores, Diogo Rafael de Arruda, professor da Faculdade JK no Distrito Federal, e Benjamin Miranda Tabak, Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília. apresentam o artigo , que analisa as repercussões juseconômicas da Contribuição de Melhoria.

EL CUPO DE RESERVA AMBIENTAL Y LOS MERCADOS VERDES COMO ALTERNATIVA SOSTENIBLE A LA PRODUCCIÓN EXTENSIVA DE GANADO

O artigo em que Heron José de Santana Gordilho, coordenador do PPGD/UFBA, juntamente com Raissa Pimentel Silva, doutoranda em direito no PPGD/UFBA, examinam a cota de reserva ambiental como alternativa à pecuária extensiva e instrumento econômico de incentivo da conservação das florestas, com vistas à redução das emissões de Gases de Efeito Estufa.

DESENVOLVENDO CIDADE EDUCADORA E SUSTENTÁVEL: EDUCOMUNICÃO SOCIOAMBIENTAL E O CONSUMO RESPONSAVEL DOS ALIMENTOS

Aparecida Luzia Alzira Zuin, Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), em coautoria com Sebastião Pinto, Professor Doutor da Universidade Federal de Rondonia (UNIR), analisam, em uma perspectiva interdisciplinar entre Direito, Educação, Comunicação e Economia, o desenvolvimento sustentável e a produção e do consumo sustentável dos alimentos, à luz da Lei Orgânica da Segurança Alimentar (Lei Federal n. 11.345/2006).

DESENVOLVIMENTO CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE: REFLEXÕES A LUZ DOS ENSINAMENTOS DE AMARTYA SEN

Emília Paranhos Santos Marcelino, Professora da Universidade Federal de Campina Grande /PB, juntamente com Erica Veloso Magalhães, mestranda pelo Centro Universitário de Joào Pessoa (UNIPE), , que analisa o desenvolvimento econômico brasileiro, a partir dos índices trazidos pela CEPAL, as metas estabelecidas pela OXFAM e os ensinamentos de Amatya Sen.

MATRIZ INSTITUCIONAL E SUAS IMPLICA..ES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PAÍSES

De autoria do Prof.Liton Lanes Pilau Sobrinho

Professor dos cursos de Mestrado e Doutorado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Direito da Universidade de Passo Fundo e a Professora Thami Covatti Piaia

Professora na graduação e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, mestrado e doutorado em Direito da URI - Santo Ângelo/RS.

O artigo tem como objetivo analisar questões relacionadas as instituições, organizações, arquitetura da rede, cidadania insurgente e os direitos do cidadão usuário cosumidor e suas transformações na sociedade de consumo no Brasil.

POPULISMO TARIFARIO BRASILEIRO E DESENVOLVIMENTISMO REINVENTADO

Carlos Augusto Dos Santos Nascimento Martins, Sandra Mara Maciel de Lima

De que forma a matriz econômica de caráter populista desenvolvimentista afeta o crescimento orgânico das economias Latino Americanas.

* Proposta: Abordar as políticas econômicas baseadas na ideologia populista com a adoção do conceito de estado passível.

POLÍTICA ECONÔMICA E INTERVENÇÃO ESTATAL: ALGUMAS VARIÁVEIS DA TEORÍTICA DO DIREITO ECONÔMICO COMO INSTRUMENTO FACTÍVEL DO DESENVOLVIMENTO

Autores: Felipe Guimarães de Oliveira e Ana Elizabeth Reymão.

O trabalho se propões a investigar se a teoria do Direito Econômico pode fornecer mecanismos capazes de revestir a tomada de decisão do Estado por meio de políticas econômicas favorecebdo o desenvolvimento nacional justo e equilibrado.

ENERGIAS RENOVÁVEIS, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PAÍSES EMERGENTES.

De autoria da Profª. Patrícia Aguiar: Especialista em Direito Público; Profª. de Direito Administrativo e Previdenciário da Faculdade de Salvará; Mestranda em Direito Ambiental na Escola Superior Dom Heder Câmara da Linha de Pesquisa de Direito Ambienteal e Desenvolvimento Sustentável e Prof. Sébastien Kiwonghi Bizawu: Mestre e Doutor em Direito Internacional pela PUCMG; Prof. De Direito Internacional Público e Privado na Escola Superior Dom Helder Câmara; Prof. De Metodologia de Pesquisa no Curso de Mestrado Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Dom Helder Câmara. OArtigo: Energias Renováveis e Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Perspectivas para os Países Emergente.

Objetivo: Comprovar a modificação do mapa de investimentos nas fontes de energia renovável, com o deslocamento dos países desenvolvidos para as nações emergentes.

PROGRAMA “COMPLIANCE” SOCIOAMBIENTAL PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS: POSSIBILIDADE JURÍDICA DESTE INSTRUMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE PELO CAPITALISMO HUMANISTA.

De coautoria de Anderson Nogueira Oliveira, Doutorando em Direito Econômico da PUC-SP e Tiago Antunes Rezende, Mestrando em Direito pela UNINOVE. O trabalho analisa a visão fraterna do Welfare State aplicada ao Direito Econômico. Assim, denominamos capitalismo humanista como a efetivação da Tripé da sustentabilidade pelo mercado empresarial. Diante disso, como solução jurídica apresenta-se os programas compliance de caráter ambiental e social como uma consciência socioambiental das empresas.

INCENTÍVOS FISCAIS PARA PRODUTOS NANOTECNOLÓGICOS E A PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR SOB A PERSPECTIVA DO SOCIOAMBIENTALISMO

De coautoria de Rudinei José Ortigara: Mestrando em Direito Socioambiental e Sustentabilidade pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. PUC/PR; Prof. Na FAE Centro Universitário, em Curitiba/ Paraná.

Antônio Carlos Efing: Doutor e Prof. Do Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC /PR. O desenvolvimento nanotecnológico é visto como estratégico para vários agentes econômicos e para vários países. Neste sentido, o Brasil, a partir da década de 2000, elencou dentro da política de desenvolvimento nacional, o incentivo tecnológico potencializador do desenvolvimento. Dentro da questão tecnológica está a questão de desenvolvimento de nanotecnologias. Neste sentido, o Estado buscou desenvolver incentivos nesta área, a exemplo da Lei 10.973/2004. O objetivo do artigo é analisar as consequências dos incentivos fiscais para produtos nanotecnológios no desenvolvimento sustentável e socioambiental. Destaca-se que os incentivos deverão ser concedidos somente se forem potencializadores da proteção de valores constitucionais, a exemplo da proteção ambietal e sobretudo, do consumidor que é naturalmente o mais vulnerável no mercado de consumo.

Boa Leitura!

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UNIVALI

Prof. Francisco de Léon Luzardo - UDELAR

DESENVOLVIMENTO CONTRA POBREZA E DESIGUALDADE: REFLEXÕES A LUZ DOS ENSINAMENTOS DE AMARTYA SEN

DEVELOPMENT AGAINST POVERTY AND INEQUALITY: REFLECTIONS BASED ON THE TEACHINGS OF AMARTYA SEN

Erica Veloso Magalhães
Emília Paranhos Santos Marcelino

Resumo

Numa sociedade globalizada e bastante avançada em termos de tecnologia, ainda não conseguimos erradicar a pobreza extrema e as desigualdades sociais. Um dos fatores que contribuem para que este quadro continue a perpetuar no tempo é a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Pensar num desenvolvimento que abarque não somente o crescimento da economia, mas que também vise a erradicação da pobreza e a dignidade de condições de vida é cada vez mais importante. Este artigo estabelece uma relação entre o desenvolvimento e a pobreza e as desigualdades para que aquele venha a contribuir na extinção deste cenário.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Pobreza, Desigualdades, Concentração de riqueza

Abstract/Resumen/Résumé

In a globalized society and very advanced in terms of technology, we haven't eradicate extreme poverty and social inequalities. One of the factors that contribute to this status continue to perpetuate in time is the concentration of wealth in a few hands. Think of a development that encompasses not only economic growth but also designed to eradicate poverty and the growth of the dignity of living conditions is increasingly important. This article establishes a relationship between the development and the poverty and inequality that that will contribute to the extinction of this scenario.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Development, Poverty, Inequality, Concentration of wealth

1. Introdução

Com o avanço da sociedade, das tecnologias e da globalização as pessoas ganharam mais tempo de vida, vivendo muito mais tempo do que seus antepassados. A globalização conectou o mundo de tal forma que as partes do mundo estão cada vez mais ligadas e trocando informações além da disseminação do comércio, das ideias e dos ideais.

No entanto mesmo com todo esse avanço, as novas questões que surgiram através deste novo mundo ainda encontram com outras bastante antigas tais como a persistência da pobreza e falta de satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, aumento da fome coletiva e crônica, não respeito da diversidade de gêneros, violação das liberdades políticas e formais entre muitos dos problemas que encontramos no século XXI.

Refletir sobre a sociedade no século XXI nos faz pensar também acerca dos rumos do desenvolvimento econômico e social que estamos sendo levados, tanto mundial como nacionalmente. O tema apresenta-se como um desafio para os pensadores modernos já que o ultimo século trouxe grandes mudanças em nossa população, sentidas em todos os campos da sociedade como econômico, político e cultural,

Alguns estudos revelam que a luta pela diminuição da pobreza e das desigualdades na América Latina tem obtido alguns resultados positivos, no entanto por mais que o continente tenha melhorado nestes parâmetros e se tornado mais rico que países da África e Ásia, o índice de desigualdade ainda é alarmante. E os países latino-americanos continuam a aparecer em altas posições nos rankings de pobreza e desigualdade.

Com o desenvolvimento das economias, muitas pessoas conseguiram deixar o status da pobreza e da pobreza extrema principalmente no Brasil onde nos últimos 14 anos mais políticas públicas voltadas para a erradicação da pobreza foram aplicadas. No entanto, apesar do crescimento econômico uma parcela bem considerável da população latina vive em situação de pobreza.

As desigualdades enfrentadas pelos países são muitas e o acesso a educação representa uma das mais importantes já que através da educação acessível e de qualidade o cenário de desigualdades pode ser alterado, com uma maior qualificação dos trabalhadores no mercado e maior crescimento econômico. Outras dificuldades como precariedade de serviços e concentração de renda também são elementos agravadores das desigualdades sociais.

A promoção de um desenvolvimento pleno deve ser um forte aliado para a erradicação da pobreza e da diminuição das desigualdades, já que para se obter este tipo de

desenvolvimento é preciso que os governos não prestem atenção apenas no aumento do capital físico e dos seus ativos, mas sim, que atendam as necessidades básicas da sociedade.

Este artigo apresenta uma correlação entre o desenvolvimento, a pobreza e desigualdade, trazendo alguns índices encontrados tanto na América Latina como índices de concentração de riqueza em todo mundo, e ainda a diferenciação de desenvolvimento e crescimento econômico. De forma que o desenvolvimento entendido em toda a sua complexidade colabora muito para a transformação da condição de vida das populações.

2. A pobreza e a desigualdade na América Latina

Mesmo sendo uma das regiões mundiais onde os índices de pobreza e desigualdade apresentaram maior redução nos últimos anos o continente latino americano ainda lidera os índices de pobreza e desigualdade de renda quando comparados a outros países em desenvolvimento. Alguns esforços dos governos destes países representaram grandes avanços na busca da redução destes índices, no entanto a pobreza ainda persiste continuando entre as mais altas do mundo, ficando na frente apenas da África subsaariana.

> Os países e regiões da América Latina moldaram, desde os tempos coloniais até nossos dias, expressões desses fenômenos sociais que, embora apresentem as peculiaridades próprias de cada contexto histórico e geográfico, compartilham um traço em comum: altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural. (CIMADAMORE e CATTANI, 2007, p.07)

Apesar de milhões de cidadãos terem deixado a pobreza, a renda obtida por estes não é muito expressiva. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) em Panorama Social da América Latina de 2014 constata que 28% da população latina vive na pobreza e 12% em pobreza extrema, índices estes que apresentam pouca variação quando comparados aos anos anteriores, representando uma estagnação dos níveis de pobreza.

> Neste contexto, a taxa de pobreza da América Latina em 2013 foi de 28,1% da população, enquanto a indigência, ou pobreza extrema, alcançou 11,7%. Estas porcentagens equivalem a 165 milhões de pessoas em situação de pobreza, dos quais 69 milhões são pessoas em situação de pobreza extrema (veja o gráfico 1). Estes valores mostram de que a taxa de pobreza se manteve sem diferenças significativas em relação aos níveis observados em 2012 (28,1%). A pobreza extrema, por sua vez, também permaneceu sem mudanças estatisticamente significativas, devido a que o valor observado em 2013 é somente 0,4 pontos percentuais acima do de 2012 (11,3%). Isto significa que em 2013 o número de pessoas pobres se manteve sem maiores mudanças, dado que o número de pessoas em situação de indigência se

> incrementou cerca de 3 milhões e houve uma diminuição de similar magnitude da quantidade de pessoas pobres não indigentes.(CEPAL, 2014, p.11)

O relatório da CEPAL apresenta além da análise da pobreza por rendimentos, uma medição que considera cinco âmbitos de caráter multidimensional para a caracterização da pobreza, levando em consideração a moradia, os serviços básicos, a educação, o emprego e a proteção social e o padrão de vida, assim, se uma pessoa se enquadrar em pelo menos duas destas categorias será considerada pobre e portanto privada de muitas de suas necessidades básicas.

Os resultados obtidos nestes índices podem indicar que as estratégias e métodos escolhidos para o combate a pobreza e desigualdade já não são mais eficazes e o número de pessoas beneficiadas por estes sistemas não está aumentando. Portanto, se faz necessário que através destes dados os governos elaborem novas formas de promover a redução das desigualdades e da pobreza.

Quando estudado como continente os índices de pobreza são vistos com estagnação, no entanto alguns países conseguiram registrar melhorias superiores a 1% ao ano nos percentuais. Com isso, Paraguai, El Salvador, Colômbia, Peru e Chile tiveram uma diminuição em seus índices de pobreza. O Brasil que também obteve uma queda nos níveis de pobreza atingiu apenas 0,6% de redução. Porém mesmo apresentando melhorias quanto aos índices de pobreza, a desigualdade permanece alta.

A informalidade com sua consequente inexistência ou baixa nas contribuições fiscais é um dos elementos que fazem com que essas taxas não apresentem melhorias. Grande parte da população latino americana trabalha na informalidade e pode sentir mais vigorosamente as mudanças de ciclo na economia, podendo perder as perspectivas de mobilidade social, acesso a educação, transporte e serviços.

Outro elemento que contribui historicamente para o estabelecimento das desigualdades é a má distribuição de propriedade. O que fez com que pequenos produtores não tivessem tanto espaço e também grande parte da população não teve acesso a um pedaço de terra para viver e produzir.

As desigualdades encontradas na região são várias, como acesso a educação, serviços, distribuição de renda e apresentam índices maiores do que as outras regiões no mundo, perdendo inclusive para África e Ásia e o Brasil figura como um dos que possui as maiores taxas de desigualdade. Estas desigualdades refletem na sociedade gerando muitas

consequências, como o aumento da pobreza, dificulta o crescimento econômico, aumenta as chances de conflitos e aumento da insatisfação pública.

Variando o grau de desigualdade segundo o país e a região, as zonas rurais e suburbanas são as que apresentam maior grau de pobreza, já que os governos não concentraram esforços para uma melhor distribuição econômica nas zonas rurais e muitos dos trabalhos realizados pela população são remunerados de forma inferior aos salários percebidos nas zonas urbanas.

A América Latina é uma região bastante rica quanto a recursos materiais, recursos humanos e ambientais, porém a maioria destes recursos não são aproveitados como deveriam. Não são colocados no mercado de forma a promover o crescimento da economia priorizando o extermínio da miséria, conquistando assim uma sociedade menos marginalizada.

Com um prognóstico de crescimento econômico de apenas 0,2% no ano de 2016, a América Latina deve ver os índices de pobreza aumentarem em suas regiões se os governos não tomarem posição de organizar os gastos públicos e aplicá-los de forma a beneficiar a maior parte da sociedade, já que a sociedade arca com muitos tributos. Com isto a população pode ver melhoras em suas condições de vida e assim podem contribuir melhor para o crescimento das economias.

De forma que esse crescimento econômico mesmo que reduzido possa contribuir com a diminuição da pobreza e das desigualdades, mudando assim os sistemas atuais e gerando alterações na relação entre contribuinte e o resultado percebido de suas contribuições. Estabelecendo um novo contrato social, em que os trabalhadores poderão efetivamente ter uma melhoria nos serviços recebidos como no caso da Suíça, que os impostos pagos voltam para a população com alta qualidade prestacional.

3. Desigualdade na distribuição de riqueza pelo Credit Suisse

Com a dificuldade de obter dados e informações sobre as riquezas mundiais, instituições financeiras entraram no campo de produzir relatórios que divulguem a situação das riquezas mundiais e o banco Credit Suisse divulga um dos mais importantes destas publicações, o relatório de 2015 traz dados sobre a concentração de riqueza que há tempos não eram vistos na nossa economia.

Mesmo admitindo ser bastante difícil obter dados exatos das maiores fortunas mundiais, o Credit Suisse divulgou em 2015 que 1% da população do mundo possuem o patrimônio total equivalente aos 99% da população mundial, ou seja, os valores detidos por

este grupo de super-ricos é igual ao da junção dos patrimônios do restante da população. Indicando que a concentração de riqueza atingiu patamares impressionantes.

A tendência que tem se observado é a de que as fortunas estão cada vez mais se aglomerando com poucos indivíduos, assim como traz Piketty em sua obra 'O capital do século XXI'. A economia tem se desenvolvido a favorecer que estas fortunas cresçam enquanto os rendimentos possuídos pela metade mais pobre da população caem, atingindo níveis de desigualdade que não eram encontrados há mais de um século. Como vemos na afirmação do Comitê de Oxford para o alívio da fome:

> A Oxfam afirmou que o fato de as 62 pessoas mais ricas do mundo acumularem o equivalente à riqueza dos 50% mais pobres da população mundial revela uma concentração de riqueza "impressionante", ainda mais levando em conta que, em 2010, o equivalente à riqueza da metade mais pobre da população global estava na mão de 388 indivíduos. "Ao invés de uma economia que trabalha para a prosperidade de todos, para as gerações futuras e pelo planeta, o que temos é uma economia (que trabalha) para o 1% (dos mais ricos)", afirmou o relatório da Oxfam. (REUBEN, 2016)

Significando que um habitante em uma amostra de 100 habitantes possui riqueza igual aos outros 99 restantes, ou seja, 0,7% concentra 45,2 % do total de riqueza no mundo e mesmo muitos países estando em crise, os estudos apontam que os ricos não terão suas fortunas abaladas por estes problemas de mercado, saindo da crise mais ricos e os pobres sairão ainda mais pobres.

O relatório tem observado que a diferença nas estatísticas entre os anos tem sofrido poucas alterações na pirâmide social, quando a igualdade de oportunidades entre as pessoas da pirâmide é maior, existe uma mobilidade dentro desta pirâmide (os pobres conseguem chegar a níveis maiores como o de classe media). No entanto, com a atual crise no mundo estas oportunidades têm sofrido quedas e as medidas criadas para conter a crise acabam por afetar as pessoas mais pobres.

> Longe de escorrer aos poucos para baixo (como propalado na teoria do trickle down) e beneficiar os mais necessitados, a renda e a riqueza estão sendo sugadas para cima a um ritmo alarmante. Uma vez lá em cima, um sistema cada vez mais complexo de paraísos fiscais e uma indústria de gestores dessa riqueza garantem que ela permaneça por lá, longe do alcance de cidadãos comuns e de seus governos. Segundo uma estimativa recente, riquezas individuais que somam US$ 7,6 trilhões – equivalentes a mais que o produto interno bruto (PIB) combinado do Reino Unido e da Alemanha – estão sendo mantidas offshore atualmente (OXFAM, 2016, p.3)

No Brasil os programas sociais fazem um pouco desta renda descer para os mais necessitados, fazendo com que a renda media domestica triplicasse até 2014 e uma parte da

população saia do nível de pobreza, entretanto como dificuldades e desigualdades são difíceis de serem extintas, elas ainda sobrevivem no país que possui muitas desigualdades derivadas da economia como educação desproporcional e a forte presença de setores informais na economia.

As razões para que este fenômeno de concentração de riqueza venha acontecendo resultam da dinâmica do mercado, o capital possui um retorno crescente comparado ao retorno sobre o trabalho, ocasionando uma diminuição dos valores dos salários percebidos pelos trabalhadores. Os detentores do capital têm rendimentos aumentados de forma constante, mas a parcela destes ganhos destinada aos trabalhadores é cada vez menor.

Além de deterem fortunas crescentes, os donos destas tem o benefício da redução de impostos pelos governos sobre estes ganhos fazendo com que seus retornos cresçam ainda mais e ainda praticam a evasão fiscal que também os beneficia neste sistema. Esta ação acaba por culminar no uso das influências dos detentores do capital para adquirirem mais vantagens no mercado de forma a concentrar ainda mais seus patrimônios. Como consequência destas manipulações a sociedade não recebe retornos eficientes e justos.

> Os indivíduos e empresas mais ricos – os que deveriam pagar mais impostos – são justamente os que têm condições de recorrer a esses serviços e arquitetura global para evitar pagar o que devem. Essa é também uma situação que indiretamente induz governos de países fora de paraísos fiscais a reduzirem a tributação de empresas e ricos numa inexorável "corrida para baixo". À medida que impostos não são pagos em decorrência de uma evasão fiscal generalizada, orçamentos governamentais sofrem a pressão, a qual, por sua vez, leva a cortes em serviços públicos essenciais. Essa situação também torna governos cada vez mais dependentes de tributos indiretos, como do imposto sobre valor agregado, que recai desproporcionalmente sobre as pessoas mais afetadas pela pobreza. A evasão fiscal é um problema que está se agravando rapidamente.(OXFAM, 2016, p.5)

Este tipo de manobra acaba por gerar consequências principalmente nos países pobres já que os orçamentos públicos acabam por ser diminuídos já que a receita recebida pelos governos torna-se menor. Assim, estes Estados deixam de investir na infraestrutura social da sua população, que acaba por receber os direitos sociais básicos como saúde, educação, moradias com precariedade.

Ao passar dos anos as economias globais apresentam crescimentos, aumentam a produção e a produtividade obtendo assim índices maiores no produto interno bruto (PIB), no entanto mesmo acontecendo este crescimento das economias e os países conseguindo diminuir a distancia entre países pobres e ricos, a redução da pobreza não acompanha este

crescimento, ou seja, a economia está se desenvolvendo e obtendo índices de ganho e retorno de capital bem melhores, mas grande parte da população ainda continua em níveis de pobreza extrema.

Se através do crescimento das economias ocorresse uma melhor distribuição da riqueza e a renda dos menos favorecidos aumentasse ao mesmo ritmo que a renda das grandes fortunas, as taxas populacionais de pessoas em situação de pobreza extrema teriam diminuído vertiginosamente e estaríamos próximos de erradicar esse tipo de problema mundial.

O que nos traz novamente a discussão de que enquanto os governos não criarem e colocarem em prática iniciativas que promovam uma melhor distribuição das riquezas, grande parte da população mundial continuará a sofrer privações dos seus direitos mais básicos. Através de economia uma mais voltada para a inserção dos menos favorecidos e o incentivo da justiça os índices de concentração de riqueza podem diminuir.

3.1 Ações sugeridas pelo Comitê de Oxford para o Alívio da Fome (OXFAM) para diminuir a desigualdade na concentração de riquezas no mundo.

A partir do estudo do relatório sobre as riquezas mundiais divulgado pelo banco Credit Suisse, a OXFAM elaborou um informativo analisando os índices encontrados chegando a constatação de que a economia tem favorecido apenas os mais ricos e como consequência gerado uma desigualdade extrema no planeta. Esta desigualdade é ruim para todos, pois ela mina o crescimento e a coesão social apresentando consequências particularmente graves para aqueles que são mais afetados pela pobreza, portanto, para mudar esta realidade sugere algumas que podem transformar este quadro.

Na busca de uma economia que impulsione a inclusão e a justiça, ações como o pagamento de salário digno aos trabalhadores, valorização do trabalhador de forma a articular a igualdade econômica e os direitos entre homens e mulheres além de diminuir as distâncias entre o salario do trabalhador e o dos executivos, controlar a influência das elites no mercado, divisão justa da carga tributária e medidas governamentais para o combate a desigualdade podem e devem fazer a diferença na luta contra a desigualdade.

Outra ação importante para a diminuição da desigualdade de riqueza é acabar com os paraísos fiscais, para que dessa forma aqueles que detêm a riqueza no mundo usem de sistemas e estruturas econômicas apenas em seus benefícios. Fato que pode ser mais evidenciado quando se observa empresas e indivíduos que procuram sempre reduzir a carga tributária suportada através de mecanismos contábeis e de lacunas no sistema internacional.

Este tipo de manobra faz com que os lucros destas empresas e indivíduos aumentem e o retorno do capital se concentre neste grupo, não sendo repassado para a sociedade. “Paraísos fiscais constituem uma injustiça que mina os princípios progressistas que dão base a maioria dos sistemas fiscais.” (OXFAM, 2016, p.42). Por este motivo devem ser combatidos por todos os governos, através de reformas fiscais que ponham fim a práticas nocivas de tributação.

Para isso, o comitê sugere parâmetros que vão desempenhar um papel fundamental para erradicar estas praticas. Como adoção de uma abordagem que promova resultados eficazes na extinção dos paraísos fiscais com uma cooperação efetiva entre os governos dos países, adoção de medidas que eliminem os incentivos fiscais improdutivos, a criação de registros públicos mundiais que contabilizem os efetivos das empresas, fundações, fundos e indivíduos detentores de grandes riquezas, maior transparência em todo o mundo e o estabelecimento de um intercâmbio de informações fiscais.

Com estas ações e o comprometimento efetivo dos governos em investir num Estado social, as populações de cada Estado poderão ver a diminuição dos índices de concentração de riquezas com o aumento das liberdades individuais e diminuição das privações sofridas por aqueles que estão em situação de pobreza, ganhando assim qualidade de vida.

4. Desenvolvimento contra a pobreza e a desigualdade

O desenvolvimento, como é sabido, é necessário para conseguirmos atingir o bem estar social, e o Estado, com planejamento, é o principal favorecedor do desenvolvimento. E para estar à frente dos processos de desenvolvimento o Estado deve ser autônomo frente aos grupos sociais, expandir suas funções e ajustar seus órgãos e estruturas para facilitar esse desenvolvimento. (BERCOVICI, 2005)

No entanto, é preciso distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, já que o crescimento sem desenvolvimento pode ocorrer, sendo conceituado como aquele que não observa as estruturas econômicas e sociais. Portanto, índices de crescimento econômico podem se elevar sem que aconteça a melhoria da vida da população, aumentando a concentração de renda.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento ultrapassa a ideia de crescimento, pois a economia não deve centrar-se apenas na manutenção do enriquecimento dos países e acumulação de capital sem preocupar-se com as condições políticas, sociais, institucionais e culturais advindas deste crescimento desenfreado e sentidas pela população.

Antes entendido apenas pela a análise da renda *per capita* dos países e pelo crescimento material de suas economias que como consequência de sua arrecadação geraria uma melhora social, ganhou após o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano publicado em 1990, outra vertente, passando a ser percebido como um processo de mudanças na sociedade.

> O crescimento da economia passara a ser entendido por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios. Percebera-se a importância de refletir sobre a natureza do desenvolvimento que se almejava. Ficara patente, enfim, que as políticas de desenvolvimento deveriam ser estruturadas por valores que não seriam apenas os da dinâmica econômica. (VEIGA, 2010, p. 32)

Dessa forma, os governos devem preocupar-se não apenas em aumentar os ganhos financeiros de seus países medindo o desenvolvimento apenas na renda *per capita*, mas também fazer com que estes ganhos representem diferenças para suas populações, garantindo melhores condições de moradia, saúde, educação, cultura e lazer.

Como uma das formas de promover este desenvolvimento a fim de diminuir as privações sofridas pela sociedade, Amartya Sen acredita que o aumento das liberdades individuais é o principal elemento a ser externalizado. Por meio da expansão das liberdades, todos os elementos que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas seriam extintos. Por meio de sua obra o "Desenvolvimento como liberdade", Amartya Sen apresenta um novo entendimento para o termo desenvolvimento, desvinculando do status de crescimento econômico, vejamos:

> O crescimento econômico obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros de uma sociedade. Mas as liberdades também dependem de muitos outros determinantes, como os serviços de educação e saúde ou direitos civis. A industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para a expressão da liberdade humana, mas esta também depende de outras influências. (VEIGA, 2010, p.34)

Por meio de um desenvolvimento que atenda as liberdades individuais, as fontes de privação dessas liberdades seriam extintas. Então a pobreza, a tirania, falta de oportunidades econômicas, concentração de riqueza, serviços públicos precários, intolerância e repressão não teriam vez.

É sabido que o crescimento é um elemento importantíssimo para se atingir o desenvolvimento, no entanto devemos entender que no crescimento a transformação é apenas quantitativa e no desenvolvimento a mudança passa a ser qualitativa, assim os dois termos

estão intimamente ligados, mas possuem significações distintas. Desta forma, o desenvolvimento deve ser analisado por um viés distinto do que estávamos acostumados, uma vez que o crescimento econômico não deve ser considerado um fim em si mesmo, assim o desenvolvimento deve estar intrinsecamente ligado a melhora de vida dos indivíduos e o fortalecimento de suas liberdades (MARQUES, 2010, p. 120).

Portanto, por si só o desenvolvimento já traz a ideia de combate à pobreza e a desigualdade quando estabelece que não existe desenvolvimento onde a sociedade carece de elementos básicos de sobrevivência, onde a concentração de renda é tanta que uma parcela considerável da população mundial ainda vive em estado de pobreza extrema. Para Sen, os indivíduos precisam ter oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais, acesso a saúde e educação, pois é por meio dessas condições que irão conseguir melhor atuação em suas sociedades.

Amartya Sen acredita que num mundo onde as desigualdades são tantas não é admissível que os ricos queiram ficar cada vez mais ricos de forma a manter e aumentar a pobreza daqueles menos favorecidos, fazendo com que uma reaproximação entre ética, economia e política seja extremamente necessária (VEIGA, 2010, p. 80). Com este pensamento Sen traz um modelo de avaliação do êxito de uma sociedade que difere do modelo tradicional que já mencionamos e que se baseia na renda per capita para indicar o desenvolvimento.

> A análise que Amartya Sen fez acerca do desenvolvimento "atentar-se particularmente para a expansão das "capacidades" das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Essa relação de mão dupla é central na análise aqui apresentada" (MARQUES, 2010, p. 121).

Pode-se observar na citação acima que é pelo intermédio do crescimento das liberdades dos indivíduos que estes poderão produzir mais impacto na economia em que vivem, de modo que essas liberdades precisam ser tidas como meios e fins que levarão ao desenvolvimento de modo a alcançar sociedades mais justas e que apresentem um crescimento mais igualitário.

Trazendo os ensinamentos de Amartya Sen como tentativa de melhorar a sociedade latino-americana, num continente recheado de desigualdades e pobreza, a América Latina precisa estabelecer e pôr em prática políticas de redistribuição e maiores investimentos em políticas públicas que englobem educação, saúde, seguridade social e melhor infraestrutura

que contribuirão com o desenvolvimento dos países promovendo um crescimento que oportunizará estabilidade e trabalho produtivo para suas populações. O Estado na América Latina tem um papel mais amplo e profundo do que os países centrais na busca da mudança dos níveis de pobreza e desigualdade.

Bercovicci (2005, p. 67) acredita que o desenvolvimento só pode ocorrer com a transformação das estruturas sociais, fazendo com que o Estado torne-se mais capacitado e estruturado. Através desta restauração o Estado poderá além de promover o bem estar social, estabelecer estratégias e mecanismos que incentivem o desenvolvimento.

A partir dos anos 70 a sociedade começou a compreender quão complexas são as questões do desenvolvimento já que no período anterior a este, grandes investimentos em capital físico e infra estrutura eram consideradas as principais maneiras de se obter o desenvolvimento. Com a chegada dos anos 70, o entendimento de que estes elementos não eram suficientes levou a consciência de que a saúde e educação também tinham igual importância para se conseguir o desenvolvimento.

> O relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1980 articulou essa noção e argumentava que as melhorias em saúde e educação eram importantes não só por si próprias mas também para promover o aumento da renda da população pobre. Nos anos 80, após a crise da dívida, recessão global e experiências contrastantes do leste da Ásia e América Latina, sul da Ásia e África Subsaariana, a ênfase passou a ser atribuída à melhoria da gestão econômica e liberação das forças do mercado. O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1990 propunha uma estratégia dupla: promover o crescimento com uso intensivo de mão-de-obra mediante abertura econômica e investimento em infra-estrutura e proporcionar serviços básicos de saúde e educação para os pobres. (BANCO MUNDIAL, 2001, p.6)

O relatório divulgado pelo banco mundial ratifica o conhecimento de que o desenvolvimento pleno só ocorrerá com a diminuição da pobreza e das desigualdades e para se chegar a uma sociedade equitativa e com a pobreza erradicada é preciso que os governos e instituições articulem o desenvolvimento econômico ao social.

Para conseguir a redução destas desigualdades o relatório também propõe estratégias, que são promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança. Acredita-se que os países devem elaborar ações através destas três estratégias pensando em suas realidades e prioridades além de respeitar seus contextos econômicos, sociopolíticos, estruturais e culturais para a erradicação da pobreza.

O relatório do Banco Mundial que analisa as questões da pobreza e das desigualdades sociais data de 2001, no entanto ainda se faz bastante atual num contexto mundial onde a concentração de riqueza chega a níveis elevados e jamais vistos na nossa

sociedade, além de que por mais que muitos países assinem acordos para a erradicação da pobreza, ela ainda persiste.

> Nos países em desenvolvimento, onde uma parte significativa da população é pobre, é fundamental que as políticas públicas tomem a iniciativa de criação de oportunidades sociais nos domínios da educação, saúde, emprego, redes de segurança social, reforma agrária, entre outros, materializando a prioridade de desenvolvimento dos recursos humanos visando a expansão de capacidades humanas e de habilidades profissionais e melhorias na qualidade de vida, o que terá repercussão imediata no aumento da produção econômica e, por consequência, no crescimento econômico [Sen, capítulo V]. A focalização nas políticas sociais e no investimento em capital humano como meio de combater e erradicar a pobreza numa dada sociedade contrasta com a formulação habitual, que destaca e prioriza o económico relativamente ao social e visa o crescimento económico como meio de promover o progresso social. (ABREU, 2012)

Faz-se necessário, portanto repensar e por em prática um desenvolvimento menos excludente que respeite os elementos formadores do conceito de desenvolvimento pleno, incluindo políticas que priorizem não apenas o enriquecimento econômico com o aumento do capital físico, mas também a observação das necessidades da sociedade, com a melhoria de suas condições de vida através de educação, saúde, moradia, cultura e lazer promovendo a dignidade da pessoa humana.

Considerações finais

As desigualdades e a pobreza ainda são elementos que assolam a nossa sociedade e muitos são os debates, estudos e conferências realizados em busca que acabar com estas dificuldades. Estabelecer a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico é de extrema importância para que os governos entendam que não é apenas com o aumento do capital que se desenvolve um país, é preciso que suas populações também ganhem melhores padrões de vida.

Vimos que atualmente a riqueza encontra-se concentrada em apenas 1% da população mundial que chega a reter 46% da riqueza mundial, enquanto que a maioria da população não chega a possuir 1% da riqueza. Estes índices obtidos pelo banco Credit Suisse chegam a ser alarmantes para a nossa sociedade, já que se chegou a um ponto em que um patrimônio de 8,6 mil reais representa uma riqueza maior que o patrimônio possuído por metade da população.

A tendência vista no mercado é de que os grandes patrimônios consigam obter rendimentos crescentes e que não acompanham o crescimento da riqueza da maioria da população. Com maior habilidade e disposição financeira para realizar os melhores investimentos os detentores destas grandes fortunas conseguem que seus patrimônios cresçam de forma a aumentar a concentração da riqueza e manter os níveis de pobreza no mundo.

Com dificuldades como precariedade de serviços e concentração de renda, as desigualdades enfrentadas pelos países são muitas e o acesso à educação representa uma das mais importantes já que através da educação acessível e de qualidade o cenário de desigualdades pode ser alterado, com uma maior qualificação dos trabalhadores no mercado e maior crescimento econômico.

Neste cenário, é preciso que os governos mundiais se aliem de forma a promover uma economia inclusiva e justa promovendo um desenvolvimento pleno, assim como ensina Amartya Sen, buscando erradicar os níveis de pobreza extrema e a distância entre os grandes afortunados e a maioria da sociedade, diminuindo assim a desigualdade na distribuição da riqueza e obtendo como consequência uma melhora da qualidade de vida da população. E o Estado na América Latina deve ser fazer ainda mais presente na elaboração e efetivação de politicas que erradiquem a pobreza e as desigualdades.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesaltina. **Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã**. Revista Angolana de Sociologia, 2012. Disponível em < http://ras.revues.org/440 > Acesso em 22/02/16

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento, *uma leitura a partir as Constituição de 1988***. São Paulo: Malheiros, 2005.

BANCO MUNDIAL, **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Luta contra a pobreza. Panorama Geral**. 2001. Disponível em <http://www.oficinainforma.com.br/textos/POROVERV.PDF > Acesso em 20/02/16

CAMPOS, Ana Cristina. **Redução da pobreza na América Latina está estagnada, aponta Cepal**. Disponível em < http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2015-01/reducao-da-pobreza-na-america-latina-ficou-estavel-aponta-cepal> Acesso em 12/02/16

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. 2014. **Economia da América Latina e do Caribe crescerá somente 0,2% em 2016 em um complexo cenário global.** Disponível em < http://www.cepal.org/pt-br/comunicados/economia-america-latina-caribe-crescera-somente-02-2016-complexo-cenario-global> Acesso em 13/02/16

CIMADAMORE, Alberto D; CATTANI, Antonio D. **A construção da pobreza e da desigualdade na américa latina: uma introdução.** Disponível em < http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/> Acesso em 22/02/16

EL PAÍS, **A luta contra a pobreza perde o fôlego na América Latina.** Disponível em < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/internacional/1422643328_842941.html> Acesso em 20/02/16

FARIZA, Ignácio**. 1% da população mundial concentra metade de toda a riqueza do planeta** Disponível em < http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/13/economia/1444760736_267255.html> Acesso em 03/02/2016

JUNIOR, Tercio Sampaio Ferraz; FILHO, Calixto Salomão; NUSDEO, Fabio. **Poder econômico: direito, pobreza, violência, corrupção**. São Paulo: Manole, 2009.

LIMA, José Antônio. **O profundo buraco da desigualdade no mundo**. Disponível em < http://www.cartacapital.com.br/sociedade/0-7-da-populacao-possui-41-da-riqueza-mundial-6716.html> Acesso em 05/02/16

MACHADO, Tainara. **América Latina mantem uma das maiores desigualdades de renda no mundo.** Disponível em < http://www.valor.com.br/brasil/2967140/america-latina-mantem-uma-das-maiores-desigualdades-de-renda-do-mundo> Acesso em 06/02/16.

MARQUES, Guilherme Ramon Garcia. **Analisando o desenvolvimento**: a perspectiva de Amartya Sen. 2010. Disponível em

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewFile/11500/6316 > Acesso em 07/02/16

OXFAM. (Comitê de Oxford para o alívio da fome) **Uma economia para 1%.** 2016. Disponível em < http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relato%CC%81rio%20Completo.pdf> Acesso em 07/02/16

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RBA, Rede Brasil Atual**. Pobreza atingiu 28% da população da América Latina em 2014, revela Cepal**. Disponível em < http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/01/pobreza-atingiu-28-da-populacao-da-america-latina-em-2014-revela-cepal-2668.html> Acesso em 15/02/16

REUBEN, Anthony. 1**% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes, diz estudo**. 2016. Disponível em < http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160118_riqueza_estudo_oxfam_fn> Acesso em 04/02/16

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Guaramound, 2010

ZULUAGA, Ignacio Aguilar. **Un análisis del desarrollo, la pobreza y la desigualdad**. ECOE ediciones, 2012. Disponível em < http://app.vlex.com/#sources/6224> Acesso em 12/02/16